



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 276300

Classificação

05/03/02/1/1

Data

08/09/10

REQUERIMENTO

Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA

Número 2510 / x ( 3ª)

Expeça-se

Publique-se

12 / 9 / 2008

O Secretário da Mesa

*Fernando Santos*

Assunto: Não abertura de Curso Tecnológico de Informática na Escola Secundária de Seia

*Por determinação do SESPAN, à Sra. Secretária da Mesa*

Destinatário: Ministério da Educação

08.09.10

*[Signature]*

Exm.ª Sr. Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomou conhecimento através de uma mensagem enviada por uma cidadã de uma situação preocupante. Segundo a mensagem que chegou a este Grupo Parlamentar, o curso tecnológico de Informática da Escola Secundária de Seia, não foi aberto por carência de autorização à escola por parte da Direcção Geral de Educação do Centro (DREC). A cidadã que contactou o GP PCP diligenciou junto de todos os serviços da escola em causa, da DREC e mesmo da Secretaria de Estado, no sentido de esclarecer os motivos que levavam à não abertura do curso.

Os dados que obtive na escola não foram de forma alguma esclarecedores e os dados obtidos junto da DREC contradizem os esclarecimentos da própria Secretaria de Estado.

Segundo a mensagem enviada e este GP, existiam 20 alunos matriculados em tempo útil, o que não levanta dúvidas quanto à dimensão numérica necessária para abertura do referido curso. De acordo com a cidadã que subscreve a carta enviada, outros cursos, quer tecnológicos quer profissionais viram autorizados os seus funcionamentos na mesma escola.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministério da Educação me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:



1. Quais as respostas do Ministério da Educação às questões colocadas pela cidadã que contactou este GP e que, tanto quanto sabemos, também contactou esse Ministério, perguntas que aqui transcrevemos:

“- a turma em causa é composta por 20 alunos – todos devidamente matriculados em tempo útil – que se encontram agora no dilema de, em pleno mês de férias, alguns ausentes da sua áreas de residência, terem de escolher num prazo de dois dias, qual a opção que agora querem; se não era para autorizar a abertura, porque é que essa informação não veio mais cedo da DREC? Porque motivo foram criadas falsas expectativas aos alunos?

- entre os 20 alunos da turma, constam 4 alunos que estão a repetir o ano – o que vão estes fazer, pois têm algumas disciplinas feitas e outras por fazer?

- esta escola tinha na sua oferta formativa um curso profissional de informática que não teve nenhuma inscrição; os alunos preferiram o curso tecnológico pois para prosseguimento de estudos há um exame de Matemática de 12º ano que têm de realizar e neste curso conseguem realizá-lo com bons resultados enquanto num curso profissional não acontece bem o mesmo; não compreendo porque, se o curso profissional não teve inscrições, [por que motivos] foi barrada a preferência pelo tecnológico já que o mesmo não foi extinto?

- sei também que na mesma escola foi autorizada a abertura do curso tecnológico de desporto. Quais os motivos que levam a autorizar uns e outros não? É algo que ainda me deixa mais inconformada pois pelo telefone disseram-me da DREC que para este ainda não têm opções. Pergunto: e para os outros têm? E porque será que os alunos quando têm cursos tecnológicos e cursos profissionais continuam a preferir os tecnológicos? Será porque os nossos alunos percebem bem a diferença no terreno entre uns e outros?

- se os cursos tecnológicos são para acabar, como disseram da DREC, (mas da DGCI dizem desconhecer esta extinção e referem não ter feito qualquer estudo que aponte para tal), porque não acabam de vez com eles e os retiram do plano de estudos do Ensino Secundário?

2. Existe alguma orientação, escrita ou não escrita, explícita ou não explícita, para o encerramento gradual dos cursos tecnológicos e a sua substituição por cursos profissionais?

Palácio de S. Bento, 10 de Setembro de 2008

Deputado

Miguel Tiago